

XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

## **Formação econômica do Brasil e transnacionalização do capital no debate entre Furtado e Tavares (1964-1982)**

*Economic formation of Brazil and transnationalization of capital in the debate between Furtado and Tavares (1964-1982)*

Alisson Oliveira de Souza Carvalho; UNICAMP/Brown University; alissonoscarvalho@gmail.com

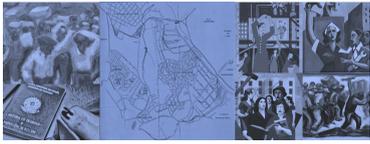
Fabio Antonio de Campos; UNICAMP; fcampos6@yahoo.com.br

**RESUMO:** o objetivo desse artigo é discutir o capital estrangeiro e o desenvolvimento nacional no debate entre Furtado e Tavares de 1964 a 1982. Para tanto, nos interessa investigar como a radicalização analítica de Furtado após o Golpe de 1964 no Brasil lhe permitiu uma interpretação pioneira sobre a transnacionalização do capital na América Latina, a despeito das críticas que recebeu de Tavares sobre sua tese estagnacionista. Ademais, mesmo Tavares sendo reconhecida como a vencedora no debate com Furtado, em nosso trabalho é possível entender como sua abordagem não conseguiu delinear os limites da industrialização periférica diante do controle do capital estrangeiro no continente.

Palavras-chave: Furtado, Celso Monteiro (1920-2004); Tavares, Maria da Conceição (1930-); transnacionalização do capital; controle do capital estrangeiro

**ABSTRACT:** this paper aims to discuss the foreign capital and national development in the debate between Furtado and Tavares from 1964 to 1982. To do this, we are interested in investigating how Furtado's analytical radicalization after the 1964 coup in Brazil allowed him a pioneering interpretation of the transnationalization of capital in Latin America, despite the criticisms he received from Tavares about his stagnation thesis. Furthermore, even though Tavares was recognized as the winner in the debate with Furtado, in our work it is possible to understand how her approach failed to delineate the limits of peripheral industrialization in the face of the control of foreign capital on the continent.

Keywords: Furtado, Celso Monteiro (1920-2004); Tavares, Maria da Conceição (1930-); transnationalization of capital; foreign capital control



## 1. Introdução

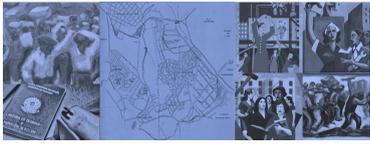
A frustração com o processo de industrialização por substituição de importações (PISI) nos anos 1960, bem como a inviabilidade política de reformas que superassem o subdesenvolvimento, fizeram com que uma nova geração de pensadores, influenciados e/ou críticos do estruturalismo clássico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) inaugurado por Prebisch (2000 [1949]), repensasse a relação entre o capital estrangeiro e o desenvolvimento nacional na América Latina. Sendo a maioria exilados no Chile por conta das ditaduras, tais pensadores abriram novas sendas de interpretação da realidade latino-americana, dando origem às “teorias da dependência” (e.g., Frank, 1966; Cardoso e Faletto, 1975[1968]; Sunkel, 1971; Marini 2005 [1973]), além das abordagens “neoestruturalistas” sobre “estilos de desenvolvimento”, lastreadas em teorias keynesianas, kaleckianas e/ou neoschumpeterianas (e.g., Pinto 2000[1970]); Fajnzylber, 1976)<sup>1</sup>.

Neste contexto está Maria da Conceição Tavares (1983 [1970]) que, em coautoria de José Serra, criticou o modelo estagnacionista de Celso Furtado, em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* de 1966. Escrevendo já em 1970, em pleno “Milagre Econômico” (1968-1973), Tavares e Serra (1983 [1970]) defenderam, em *Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil*, que o equívoco de Furtado na interpretação da crise dos anos 1960 se fundava no uso da teoria econômica neoclássica, partindo de pressupostos “irrealistas” de concorrência perfeita, bem como da aplicação de categorias (como a relação produto/capital e a taxa de lucro efetiva) que não explicavam o dinamismo da economia brasileira. Apesar de considerar Furtado um de seus maiores mestres, Tavares, que até então baseava-se no estruturalismo clássico como ele, buscava em tal crítica novas bases teóricas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre o contexto e a bifurcação do pensamento estruturalista construído em torno da CEPAL nos anos 1960, ver Sampaio Jr. (1997), Faletto (1998) e Silva (2017).

<sup>2</sup> No livro de correspondências de Celso Furtado, organizado recentemente por Rosa Freira D’Aguiar, Tavares disse em uma carta enviada a Furtado em 1971: “dizem que uma mulher para ficar verdadeiramente adulta tem que ‘matar’ a mãe. Para uma pobre aprendiz de intelectual, parece ser condição de avanço tentar ‘matar’ o mestre. Há dois ‘pais’ intelectuais que tenho tentado em vão ‘matar’ nestes últimos anos: você e Aníbal Pinto. [...] Toda essa conversa, ‘semifreudiana’, é só para tentar dizer-lhe, envergonhadamente, o desafio que você representa para mim e o quanto lhe devemos todos (os seus discípulos), nessa briga maior que é entender este desgraçado país que é o nosso (D’Aguiar, 2021 [1971], p. 212). Como mencionou em entrevista (Rabilotti, 2016), suas críticas a Furtado eram muito mais fortes do que aquelas direcionadas a Aníbal Pinto, sendo que considerava de fato este último seu maior mestre e que seus avanços teóricos se aproximavam muito da abordagem de “heterogeneidade estrutural” que Pinto



Reforçada em suas teses futuras (Tavares, 1986 [1974], 1998 [1978], 1986 [1981]), a interpretação crítica à Furtado (Tavares; Serra, 1983 [1970]), se inspirou nas teorias do ciclo de Kalecki e de oligopólio (e.g., Kalecki, 1987; Steindl, 1983). Do ponto de vista histórico, a abordagem dessa “segunda Tavares” visava a uma nova periodização do desenvolvimento brasileiro, tido como horizonte para outros países periféricos. Ainda que tardio, o capitalismo teria atingido uma etapa madura em países como México e o Brasil, lhes garantindo a “autodeterminação do capital” (Tavares, 1986 [1974]; Mello, 1975). Neste processo, o capital estrangeiro, particularmente as Empresas Transnacionais (ETNs), era imprescindível. No entanto, ela defendia a primazia de determinantes internos, não só do ponto de vista político (Cardoso; Faletto, 1975 [1968]), mas economicamente. Enfatizava que a “internacionalização dos mercados internos” podia ser instrumentalizada pelo planejamento estatal<sup>3</sup> de modo a superar a “heterogeneidade estrutural” (Pinto, 2000 [1970]). A “segunda Tavares” conceberia o capital estrangeiro como indutor do “investimento autônomo” que realiza, ao lado do gasto estatal, a endogeneização industrial, sendo seu controle político sobre economias periféricas – aliás, elemento analítico caro a Furtado e a outros autores – subsumido a uma abstração teórica de matriz kaleckiana. Nesse “neoestruturalismo”, a autora ajudava fundar a “Escola de Campinas” com outros pensadores<sup>4</sup>.

Após a crítica de Tavares e Serra (1983 [1970]), a tradição heterodoxa passou enquadrar Furtado neste esquema, considerando sua teoria econômica inferior<sup>5</sup>. Ao separar “análise econômica” e “análise política” (Coutinho, 2015; 2019), tal consenso, entretanto, deixou de lado importantes dimensões do debate, ao incorrer num economicismo<sup>6</sup>. Noutra direção, existe um conjunto de autores que já trabalham a partir de uma leitura mais ampla da obra de Furtado a partir desse período, baseada na

---

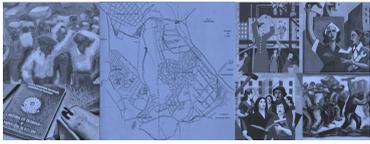
(2000 [1970]) desenvolvia no mesmo período, como veremos adiante neste artigo. No que se refere a Furtado, sua inspiração é mais genérica, dizendo-se adepta do método “histórico-estrutural”.

<sup>3</sup> Para uma crítica desse tipo de defesa da função estatal no capitalismo monopolista dependente brasileiro, ver Sampaio Jr. (1997), Franca e Campos (2022) e Rodrigues (2023).

<sup>4</sup> Sobre a relação de Tavares com o projeto intelectual da “Escola de Campinas”, ver Bastos (2021).

<sup>5</sup> Mesmo estudos profundos sobre Celso Furtado acabaram por reproduzir a ideia de um “Furtado neoclássico” até sua reorganização teórica nos anos 1970. Cf. (Mallorquín, 2005).

<sup>6</sup> Coutinho (2019, p. 742) sustenta que as críticas feitas por Tavares e Serra (1983 [1970]), “um dos maiores responsáveis pela imagem negativa associada à obra de 1966”, restringem-se “a apenas um segmento da argumentação contidas nas diversas versões do modelo estagnacionista”. Embora o foco de Coutinho seja apontar que as dificuldades do modelo de Furtado para interpretar a crise dos anos 1960 se devam mais à tentativa de integrar o uso do multiplicador ao acelerador, aos moldes de Harrod e Domar, também ressalta a necessidade de interpretar *Subdesenvolvimento e Estagnação* amplamente, inclusive destacando o capital estrangeiro: “poucos comentadores deram-se conta desse caráter amplo e integrado da obra”.



formação econômica da América Latina, na transnacionalização do capital, na diferenciação entre crescimento e desenvolvimento<sup>7</sup> e na elaboração de sua própria teoria da dependência (Sampaio Jr., 1997; Hadler, 2009; Campos e Rodrigues, 2014; Bianconi e Minda, 2014; Jungerfeld, 2018; Jungerfeld e Rodrigues, 2021; Silva, 2021; Manzato e Saes, 2021; Vieira 2021). Influenciados por esta literatura, propomos neste artigo dividir a obra de Furtado em duas fases.

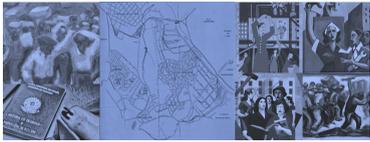
Antes da ditadura, o “primeiro Furtado” tinha a esperança de uma revolução democrática-burguesa capaz de gestar um “Sistema Econômico Nacional”, como haviam proposto Hamilton (1934 [1790-1791]) e List (1983 [1841]). Furtado (1962) acreditava que a indústria já teria atingido uma etapa madura no Brasil, oferecendo os “meios”, principalmente tecnológicos, para alavancar com a intervenção estatal os “fins” do desenvolvimento nacional<sup>8</sup>. Na verdade, essa crença estava lastreada no estruturalismo clássico da CEPAL que criticava a divisão internacional do trabalho inglesa, pautada pelo comércio exterior, e não no pós-guerra sob hegemonia estadunidense, orientada pela expansão das ETNs (Carvalho, 2020). Depois de 1964, Furtado se divorciou desta concepção. A partir de *Subdesenvolvimento e Estagnação...* ficou explícito o impacto que o Golpe de 1964 no Brasil lhe causou – ele que fora atingido pessoalmente pelo exílio –, radicalizando sua posição sobre a internacionalização industrial periférica, que aqui definimos esta fase como “segundo Furtado”. Pioneiramente, ao mostrar os efeitos não só econômicos, mas políticos e culturais, da transnacionalização do capital na América Latina, sedimentou-se uma teoria furtadiana da dependência.

Assim, o objetivo desse artigo é tratar de uma dimensão geralmente subestimada no debate entre Furtado e Tavares, que é o papel do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional. A metodologia que adotamos é de história do pensamento econômico, visto que avaliamos as mudanças na interpretação dos autores conforme a própria transformação estrutural no sistema centro-periferia, com considerações sobre o caso brasileiro, entre 1964 e 1982. Para tanto, além dessa breve introdução, as próximas

---

<sup>7</sup> Como disse o próprio Furtado em uma carta em resposta à Tavares: “hoje eu vejo o problema de forma algo diferente: trata-se menos de tendência à estagnação que de perpetuação do subdesenvolvimento” (D’Águiar, 2021 [1971], p. 214).

<sup>8</sup> Sobre os “meios e os “fins” do desenvolvimento, ver Furtado (2001 [1948]; 1968; 1972; 1980), Campos (2014) e Paula (2015).



duas seções apresentam as interpretações sobre o capital estrangeiro para Furtado e Tavares. Na última, realizaremos uma contraposição entre eles, tecendo algumas conclusões.

## 2. O capital estrangeiro em Celso Furtado

### 2.1 A segunda metade dos anos 1960

Com o golpe civil-militar no Brasil, Furtado – antes participante ativo do Estado brasileiro, seja como articulador do Grupo Misto BNDE<sup>9</sup>/CEPAL no Segundo Governo Vargas (1951-1954), como Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), ou como Ministro Extraordinário do Planejamento no Governo João Goulart (1961-1963) no qual formulou o Plano Trienal – se viu alijado dos centros de decisão de seu país. Sendo exilado, direcionou-se ao Chile onde participou de um Seminário no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), e incentivou um debate crítico das principais teses da CEPAL junto a autores que elaborariam teorias da dependência (Furtado, 1991), sendo a de Sunkel (1971) a que mais lhe influenciou.

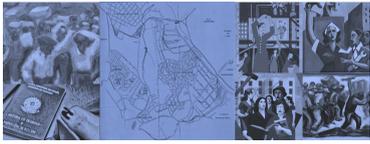
Depois nos EUA, passando lá um ano universitário na Universidade de Yale, se aproximou de Stephen Hymer (1960; 1978), considerado fundador da chamada literatura dos determinantes do IED<sup>10</sup>, que o sensibilizou para um elemento central da sua análise pós-1964: a Empresa Transnacional<sup>11</sup>. Essa influência já pode ser identificada em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* de 1966, Um

---

<sup>9</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

<sup>10</sup> Essa literatura, tendo como trabalho seminal o de Hymer (1960) e muito em voga nos anos 1960 e 1970, procurava explicar as ETNs, que se expandiam em termos inéditos no pós-guerra. Uma síntese desses autores se encontra em Michalet (1983 [1976]).

<sup>11</sup> Em um primeiro momento, tanto nos anos 1960 quanto no início dos anos 1970, Furtado seguiu a formulação original de Hymer (1960), e preferiu utilizar o termo grande empresa e empresa multinacional, porque “a diferença entre ‘nacional’ e ‘internacional’ tende a ser secundária, importando fundamentalmente o peso relativo da empresa” (FURTADO, 1974, p. 33, nota 16), ou seja, considerava que a dimensão da empresa impõe a internacionalização, isto é, há uma “ligação entre a natureza monopólica ou oligopólica das empresas e os IDEs” (FURTADO, 1974, p. 34, nota 17). No entanto, como veremos na próxima seção, passou em seguida a questionar essa concepção inicial: “Cabe indagar se é adequado continuar a chamar essas atividades de ‘internacionais’” (FURTADO, 1974, p. 51). “Ora, a partir do momento em que a categoria ‘sistema econômico nacional’ não pode ser tida em conta” (1974, p. 52) não se pode falar de relações *internacionais*. Em um segundo momento, Furtado (1976) preferiu usar o termo transnacional para designar as relações entre os países na fase de preeminência da grande empresa: aqui seguia a própria evolução do pensamento de Hymer (1978) em que se visava destacar, com a transnacionalização do capital, a perda de controle dos Estados Nacionais sobre as atividades da grande empresa.



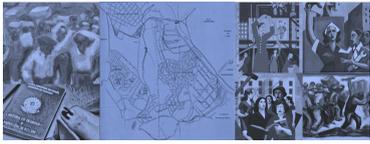
*Projeto para o Brasil*, de 1969 e *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* de 1973<sup>12</sup>.

Neste período, Furtado interpretou a disputa nas áreas de influência entre EUA e URSS como um “obstáculo externo” ao desenvolvimento da periferia. Para os países do “Terceiro Mundo”, a definição de tais áreas deveriam ser entendida como um sistema de dominação política e econômica, considerando que a assimilação do progresso técnico e as políticas econômicas orientadas à superação do subdesenvolvimento poderiam ser condicionadas aos interesses dessas superpotências. A Revolução Cubana em 1959, a adesão de Fidel Castro ao socialismo e a ajuda da URSS, acenderam um alerta aos EUA, cuja “Crise dos Mísseis” em 1962 impunha a revitalização da “Doutrina Monroe” via golpes na América Latina em face da emergência nuclear. Para Furtado (1966), evidenciava-se que além do controle político e militar, os EUA teriam na “ajuda financeira externa” seu principal instrumento econômico de dominação. O capital estrangeiro, e mais especificamente, os investimentos da grande empresa estadunidense, teriam papel fundamental na garantia da ordem capitalista na região, eliminando qualquer ímpeto nacionalista mais radical<sup>13</sup>.

Para conceituar a grande empresa dos EUA, Furtado (1966, 1969, 1973) se inspirou na literatura antitruste e institucionalista (e.g., Galbraith, 1982 [1968]). A preocupação do autor era que a grande empresa em sua expansão internacional impunha a cultura de massa estadunidense, tendo como eixo a modernização nos padrões de consumo (*American Way of Life*), assim como a utilização de matérias-primas não-renováveis com seus impactos negativos ao meio-ambiente, e o progresso técnico poupador de mão-de-obra. Nas suas palavras: “começou a definir-se como um sistema de decisões de âmbito multinacional, cuja coerência deriva de critérios valorativos estabelecidos a partir da realidade interna da economia norte-americana” (Furtado, 1969, pp. 91-2). Ou seja, o capital estrangeiro em sua modalidade de IDE dos EUA, “fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país”, tenderiam a transformar-se em um “superpoder em qualquer

<sup>12</sup> Este último livro congrega na verdade uma coletânea de artigos escritos na segunda metade dos 1960.

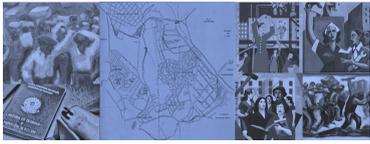
<sup>13</sup> A partir de seus relatos autobiográficos, (Furtado, 1989, 1991), essa nova percepção crítica de Furtado sobre as relações de poder na “Guerra Fria” – e seus impactos na América Latina – pode ser vista como uma autocrítica do autor na crença de neutralidade e multilateralismo da hegemonia estadunidense na América Latina.



país latino-americano” e, com isso, “os centros de decisão representados pelos atuais estados nacionais passarão a plano cada vez mais secundário” (Furtado, 1966, p. 44).

Ao sobredeterminar várias decisões nacionais, as ETNs se mostravam inadequadas ao desenvolvimento latino-americano, visto que provocavam: i) redução da poupança disponível, ao incentivar novas modalidades de consumo via “feito demonstração”; ii) desequilíbrio externo estrutural via remessa de lucros e dividendos ao exterior, buscando realizá-los em dólar – o chamado “problema da transferência” conforme problematizado pela literatura dos determinantes do IDE; iii) reconcentração das atividades econômicas em determinados setores e/ou regiões em detrimento de outros, a despeito das necessidades de integração nacional; iv) separação do financiamento da pesquisa para inovação tecnológica do processo produtivo; v) uma tendência à estagnação nos países, como o Chile e Argentina, com mercado interno reduzido sem economias de escala e mão-de-obra suficientes para a introdução da tecnologia intensiva em capital dos novos setores, ou, nos países com mercados internos de maiores dimensões, como o Brasil, de forçar a concentração de renda para adequar o perfil de demanda à nova estrutura de oferta, gerando tensões sociais; e vi) desemprego estrutural que refletia a assimilação de progresso técnico moderno das empresas estrangeiras para satisfazer um padrão de demanda descontínuo, concentrado, e viabilizado por sobreoferta de mão-de-obra (Furtado, 1961, 1962, 1966, 1969, 1973).

Com isso, a questão do desenvolvimento passa a ser enfocada, mais do que pela importância da indústria, pelo controle dela e de quem a domina. Na América Latina, o PISI orientado pelas ETNs se traduziria, desse modo, na reafirmação da condição periférica, uma vez que “esse tipo de industrialização é simples adaptação a uma nova forma de dependência exterior” (Furtado, 1969, p. 114). Distante da instrumentalização que Furtado (1962) imaginou ser possível no Governo Kubitschek, ou a tentativa de regulação vertical no Governo Goulart, o capital estrangeiro passou a ser tido como “um tipo de dominação implícita na expansão das empresas nacionais de um grande país que se instalam em países economicamente débeis” (Furtado, 1969, p. 109). Apesar de industrializados, os países latino-americanos continuavam dependentes de interesses políticos e econômicos estabelecidos em centros decisórios externos. Para o autor, como o objetivo era ampliar a abertura externa e ao mesmo tempo evitar mudanças drásticas



nas estruturas sociais, esses interesses externos convergiram aos internos de elites arcaicas, que reproduziam seculares estruturas de poder, e com isso eternizavam uma “técnica de congelamento do *status quo* social”, cujo caráter repressivo da ação estatal em forma de golpes civis-militares tem aí sua explicação essencial.

Assim, a discussão do capital estrangeiro do “segundo Furtado” estava integrada, e mesmo indissociável, com a da estagnação. Independentemente da teoria econômica utilizada, o autor analisava complexamente a perpetuação das desigualdades sociais e da falta de autonomia política em decisões centrais aos interesses nacionais, mesmo com o avanço da industrialização. Ao tratar do significado da expansão da grande empresa estadunidense na América Latina e sua relação com os golpes de Estado, o autor também contribuía pioneiramente para novas interpretações sobre as transformações do capitalismo mundial.

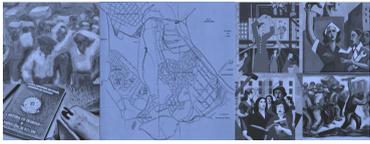
## 2.2 Anos 1970

Como professor da Universidade Sorbonne nos anos 1970, Furtado aprofundaria suas reflexões sobre o capital estrangeiro, consolidando sua teoria da dependência, em *Dependência Externa e Subdesenvolvimento* de 1971<sup>14</sup>, *Análise do ‘modelo’ brasileiro* de 1972, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* de 1974, *Prefácio a Nova Economia Política* de 1976 e *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* de 1978.

Neste período, Furtado passa a caracterizar o IDE como uma fase intermediária de um processo evolutivo de transnacionalização do capital. Influenciado por Hymer (1983 [1978]) e pela periodização de Gerschenkron (2015 [1962]), sua nova compreensão desvendou o dismantelamento dos “Sistemas Econômicos Nacionais”, cuja industrialização latino-americana era parte integrante deste processo, fruto de “uma terceira fase na evolução do capitalismo industrial” (Furtado, 1983 [1974], p. 28). Ao analisar a política econômica da ditadura brasileira, Furtado defendeu nos anos 1970 que o aprofundamento da internacionalização produtiva não gerava estagnação, mas configuraria, mesmo com crescimento, em “‘modelos’ de ‘subdesenvolvimento industrializados’” (Furtado, 1972), ou “capitalismos dependentes” (Furtado, 1983 [1974], 1976, 1978).

---

<sup>14</sup> Capítulo 18 contido na 4ª edição de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, e também publicado antes na forma de artigo, como *Dependência Externa y Teoría Económica*.



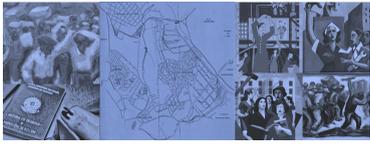
As ETNs teriam estratégias de expansão nos mercados internos, que ao internacionalizá-los, modificariam profundamente o padrão de integração das economias capitalistas e, conseqüentemente, do sistema centro-periferia. Se até então a relação econômica principal entre as economias era pelo comércio exterior, no pós-Segunda Guerra o trânsito de capitais, liderado pelo IDE, seriam os fatores dinâmicos do balanço de pagamentos, uma vez que os fluxos comerciais “transformaram-se progressivamente em operações internas das grandes empresas” (Furtado, 1983 [1974], p. 44).

Em primeiro momento, a produção de um mesmo capital se organizava em várias nações simultaneamente, separando o comando tecnológico e financeiro da produção da indústria propriamente dita. Em um segundo, o próprio processo produtivo no interior da indústria não se restringia mais a um único espaço nacional de acumulação, dando origem ao que conhecemos hoje de “cadeias globais de valor”. Do ponto de vista financeiro, o surgimento do Euromercado “constitui o coroamento desse processo, pois permite às grandes empresas libertar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais” (FURTADO, 1983 [1974], p. 28). Esses fenômenos, que se tornaram dominantes no capitalismo a partir dos anos 1980 já estavam antecipados pelo autor, de certo modo, na ideia de “capitalismo pós-nacional” nos anos 1970 (Furtado, 1976)<sup>15</sup>.

No novo contexto, as crises passaram também a se originar “de uma instabilidade que tende a assumir a forma de modificações nos termos do intercâmbio, ou de transferência internacional de ativos líquidos” (Furtado, 1976, p. 87), onde torna-se difícil “conciliar o equilíbrio interno e o externo no quadro de uma política de pleno emprego” (*idem*, p. 85), o que está na base do colapso dos acordos de Bretton Woods em 1971 e do Choque do Petróleo em 1973. Para o autor, o ajuste macroeconômico, daí em diante, seria buscado a partir de uma política deliberada de desemprego, com políticas fiscais e monetárias contracionistas, para absorver e amortecer de forma compensatória a propagação das instabilidades externas.

---

<sup>15</sup> Ao analisar – paralelamente a outros autores como Michalet (1983 [1976]) e Hymer (1983 [1970]) – a transição das plantas fordistas multidivisionais (Hymer, 1960) às “empresas-rede” (Chesnais, 1996), não seria exagero afirmar que Furtado (1976) faz uma “antevisão” do processo de globalização ou da “mundialização do capital” (Chesnais, 1996). Sobre a transnacionalização do capital em Furtado, ver Hadler (2009), Campos e Rodrigues (2014) e Bianconi e Minda (2014).



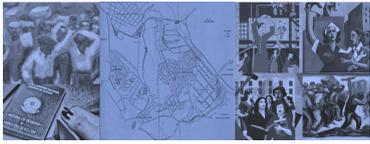
A transnacionalização do capital traria consequências ainda mais dramáticas para os países da periferia. No caso brasileiro, segundo Furtado (1972), as reformas institucionais da ditadura brasileira no Programa de Ação Econômica para o Governo (PAEG), de 1964 a 1967, atuaram no sentido de consolidar o modelo industrial implantado no período Kubistchek. Isso foi feito com políticas deliberadas de concentração de renda e antidemocráticas, configurando uma associação de novo tipo, o “Modelo Brasileiro”, que resultaria no ciclo expansivo do “Milagre Econômico”. No que se refere ao balanço de pagamentos, ao invés de medidas regulatórias mais restritivas à atuação das ETNs, adotou-se condições liberais de remessas de lucro ao exterior, da mesma forma que se conectaria institucionalmente as ETNs e os bancos nacionais ao mercado de eurodólares que ascendia no período<sup>16</sup>. Para viabilizar os impactos negativos das remessas de lucro, tentou-se utilizar do potencial de acumulação das ETNs para estimulá-las às exportações. Defendida também por neoestruturalistas (Fajnzyblber, 1969), essa estratégia foi criticada por Furtado, um defensor de um desenvolvimento voltado ao mercado interno, visto que o entrave da de uma estratégia exportadora estaria no fato de que o horizonte geográfico das ETNs já nascer pré-definido e a exportação de manufaturas seria na verdade exportação de mão-de-obra barata, não contribuindo de fato para o desenvolvimento (1983 [1974])<sup>17</sup>.

As medidas para adequar a estrutura de demanda e financiamento à operação das ETNs no mercado interno se mostravam mais complexas do que aquelas tradicionais de estímulo à “demanda efetiva”. Não existia, segundo Furtado (1972), um “*anel de feedback*” entre produtividade e salários em países latino-americanos como no centro, aonde fora criado socialmente pela luta sindical e por políticas fiscais que garantiram a demanda da grande empresa<sup>18</sup>. Com sua repressão aos sindicatos, as ditaduras inviabilizaram essa possibilidade e no “Modelo Brasileiro” reorientou-se de forma dinâmica e contínua o processo de concentração da riqueza e da renda já existente no país para que beneficiasse, além da elite, um “grupo social mais amplo” (classe média

<sup>16</sup> Via alterações na Lei 4131/1962, ainda em 1964, a adoção da Instrução 289 da SUMOC em 1965, e da Resolução 63 do Banco Central em 1967. Sobre o marco regulatório do capital estrangeiro brasileiro no período, ver Campos (2009) e Carvalho (2020).

<sup>17</sup> Furtado, no início da década de 1970, até achava que isso seria possível diante das pressões dos países periféricos sobre os órgãos multilaterais (Furtado, 1972), mudando de opinião já em 1974 (Furtado, 1983 [1974]).

<sup>18</sup> Sobre a estrutura social que permite um elo entre produtividade e salários nos países centrais, ver Furtado (1964).



alta), ampliando o mercado para bens de consumo duráveis. Portanto, a abordagem do nosso autor já estava muito além da tese estagnacionista.

### 2.3 Limiar dos anos 1980

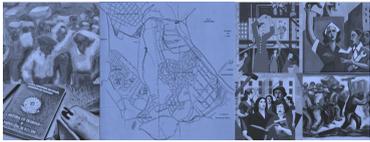
Até então Furtado havia problematizado a transnacionalização sob os prismas tecnológico, produtivo e comercial, mas não pelo financeiro. Com a Crise da Dívida Externa e a luta pela redemocratização no início dos anos 1980, o “segundo Furtado” em *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo* de 1982, centrou sua investigação do capital estrangeiro na modalidade de capital de empréstimo, onde a “internacionalização dos circuitos monetários e financeiros” via expansão dos mercados *offshore* revelava também um processo de “transnacionalização financeira”, resultando em uma “nova dependência” (Furtado, 1982, p. 13).

Depois das reformas do PAEG, os empréstimos externos ingressados na economia brasileira a partir de 1967 iam muito além das necessidades de importações e serviços externos, o que se traduzia em maiores reservas que pressionavam a base monetária. Como resposta, o Estado lançava mão de operações de *open market* para esterilizar o excesso de liquidez, e com isso aumentava o endividamento interno brasileiro a partir da oferta de títulos públicos indexados com rentabilidade garantida e sem riscos para os credores: as filiais das ETNs, os bancos estrangeiros e nacionais<sup>19</sup>. Esses títulos ofereciam uma taxa de juros muito maior que os títulos públicos dos países centrais, bem acima do custo de capitação de euromoedas. O serviço da dívida criado, tanto externa quanto internamente, tornava todo o processo um círculo vicioso. Essa triangulação especulativa entre endividamento externo e interno viria a ser conhecida no Brasil à época como “Ciranda Financeira”<sup>20</sup>.

Apesar do Choque do Petróleo de 1973 e da recessão nos países centrais em 1973/4 que retraíram a expansão das ETNs, a reciclagem de petrodólares a partir de 1974 deu condições para que se tentasse executar o ambicioso II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel (1974-1979) e se mantivesse o processo de

<sup>19</sup> Para detalhes da reforma financeira da ditadura brasileira e a características dos títulos públicos criados na ocasião, ver Carvalho (2020).

<sup>20</sup> A ciranda financeira foi demonstrada empiricamente por Pereira (1974) e Cruz (1984), e tratada analiticamente por Tavares (1998 [1978]). Todavia, para eles, diferente de Furtado (1982), o endividamento externo excessivo e a reciclagem interna de títulos públicos eram fruto apenas de desvios institucionais e/ou erros de políticas econômicas, e não efeito da “nova dependência”.



endividamento até 1982, por meio da captação forçada das empresas estatais<sup>21</sup>. A política econômica brasileira passava crescentemente a *reagir* aos fluxos de capitais, tornando cada vez mais difícil a gestão autônoma das taxas de juros, enquanto a taxa de câmbio era submetida às máximas desvalorizações. Desse modo, quando veio o “Choque de Juros” dos EUA em 1979, a situação de vulnerabilidade e falta de autonomia macroeconômica já estavam postas. A subordinação dos centros internos de decisão se revelou por completo no ajuste da Crise da Dívida nos anos 1980 sob tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando as economias latino-americanas foram forçadas a praticarem uma transferência líquida de recursos reais ao exterior em um nível tão elevado que levou ao fim do desenvolvimentismo<sup>22</sup>.

Para Furtado (1982), tal crise teria sido resultado da perda de comando da política macroeconômica, não sua consequência, o que se desdobrou na inserção subordinada das economias latino-americanas ao novo padrão mundial de acumulação que permanece até hoje. Se em meados dos anos 1970 o autor ainda vislumbrava soluções para o controle da transnacionalização pela sociedade, o desfecho desses acontecimentos, a imposição do monetarismo como guia da política econômica – a expressão ideológica da transnacionalização financeira para o autor –, revelava para parte da humanidade um verdadeiro impasse civilizacional<sup>23</sup>.

### **3. O capital estrangeiro em Maria da Conceição Tavares**

#### **3.1 A segunda metade dos anos 1960**

Depois de ser assistente e orientada em suas pesquisas por Aníbal Pinto no escritório da CEPAL no Rio de Janeiro, com o golpe de 1964 Tavares assumiu a chefia do escritório CEPAL-BNDE no lugar dele. Ao mesmo tempo em que enfrentava perseguições políticas, como o desalojamento do escritório CEPAL do BNDE, futuramente transferido para Brasília via IPEA/ILPES, Tavares começava a amadurecer seu pensamento dando características próprias ao seu estruturalismo<sup>24</sup>.

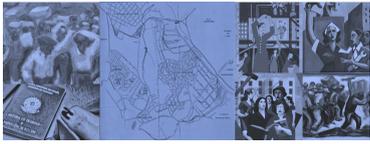
Neste momento, em *Notas sobre o Problema do Financiamento* de 1967, ou seja, antes da sua crítica a Furtado (1966), a reflexão do capital estrangeiro da

<sup>21</sup> Para este tema, ver Rodrigues (2023).

<sup>22</sup> Processo no qual Furtado (1992) denominou, mais tarde, de “a construção interrompida”.

<sup>23</sup> Sobre este tema em Furtado, ver Campos (2014).

<sup>24</sup> Para o itinerário de Tavares, ver Melo e Costa (2019).

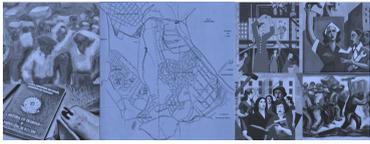


economista estava relacionada ao financiamento da economia brasileira, também com preocupações sobre uma possível estagnação do processo de industrialização. Na mesma linha de *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* de 1963, a autora avaliava o capital estrangeiro na industrialização pesada. Ao interiorizar novos setores industriais como o de metalmecânica, o IDE permitia a passagem do antigo “modelo de substituição de importações”, para um novo “modelo autossustentado de crescimento”, no qual “a variável decisiva estar[ia] no montante e composição dos investimentos governamentais”, pois “só o setor público, com o seu peso relativo dentro da economia, tem capacidade de exercer uma demanda autônoma, capaz de se opor às tendências negativas que emergem do esgotamento do impulso externo” (Tavares, 1983 [1963], p. 118).

Essa ênfase no investimento público para transitar a um novo modelo de desenvolvimento sem maiores necessidades de reformas estruturais – isso já a diferenciava de Furtado –, tinha influência do economista Ignácio Rangel (Tavares, 1983 [1967]; Rabilotti, 2016) – que utilizava Marx, Keynes e Schumpeter em suas teorizações<sup>25</sup>. Rangel (2005 [1963]) se colocava como a “terceira via” do debate em torno do Plano Trienal, ao indagar que a inflação dos anos 1960 seria de custos e não de demanda (como diriam os monetaristas) ou de restrições na oferta de alimentos (como afirmavam os estruturalistas). Assim como a desaceleração da taxa de crescimento seria resultado de uma crise de realização/subconsumo, suavizada pela inflação. Com uma estrutura industrial já madura, a economia brasileira entrava em uma nova era, sem limites pelo lado da oferta, onde o Estado deveria orientar-se para ocupar a capacidade industrial instalada, estimulando a demanda efetiva por meio do investimento público. Além de utilizar a política fiscal para este fim, o poder público deveria consolidar um sistema financeiro nacional, para cumprir o papel histórico do “capital financeiro” descrito por Rudolf Hilferding. Isso permitiria uma transferência intersetorial dos recursos excedentes, de forma a propiciar uma homogeneização do sistema produtivo, diminuindo a dependência de novos IEDs ou *suppliers' credit*. Isto é, “a organização do mercado de capitais e de um capital financeiro vigoroso, que associa o capital industrial, emerge como problema decisivo” (Rangel, 2005 [1963], p. 238).

---

<sup>25</sup> Sobre a contribuição de Rangel ao pensamento econômico brasileiro até o golpe de 1964 no Brasil, ver Bielschowsky (2000).

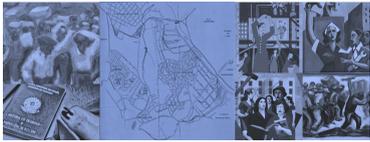


Assim como Rangel (1963 [2005]), Tavares (1983 [1967]) defendia que a passagem a um novo modelo de desenvolvimento não poderia prescindir da reordenação do sistema financeiro nacional. A *estagnação* dos anos 1960 no Brasil tinha origem na dificuldade das ETNs, especialmente do setor de bens de consumo duráveis, de manter uma taxa de lucro satisfatória ao nível de demanda efetiva possível do país. Na primeira metade dos anos 1960, uma política de consumo “forçado” das ETNs as levou a “utilizar todos os acréscimos de receita bem como créditos adicionais, a juros crescentes, para alimentar o mecanismo de financiamento corrente” (Tavares, 1983 [1967], p. 150). O problema do capital estrangeiro não era ele em si, mas da insuficiência institucional do mercado financeiro brasileiro para utilizá-lo apropriadamente. Tal como Rangel (2004 [1963]), Tavares estava otimista: “Na atualidade, parece estar em vias de estruturação um verdadeiro mercado de capitais, com a aliança do sistema bancário convencional que passou a formar suas próprias companhias financeiras e das grandes empresas de capital estrangeiro” (Tavares, 1983 [1967], p. 147). Mesmo que feitas ainda sob o paradigma estruturalista e de forma ainda ambígua, essas considerações já levavam a diferentes caminhos diferentes que os de Furtado.

### 3.2 Anos 1970

Em 1968, Tavares foi transferida para o escritório da CEPAL no Chile, indo também dar aulas na Escolatina, da Universidade do Chile. Foi, portanto, no agitado clima intelectual chileno que ela escreveu com José Serra *Além da Estagnação*, em 1970, dando origem à “segunda Tavares”. Após trabalhar como assessora voluntária no Ministério da Economia do governo de Salvador Allende, foi para o México no final de 1973, na condição de professora visitante na Universidade Autônoma do México e no escritório da CEPAL na Cidade do México. De regresso ao Brasil, tornou-se docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando publicou suas teses: *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, de 1974, e *Ciclo e Crise*, de 1978, trabalhos seminais da “Escola de Campinas” (Melo e Costa, 2019).

Ao fazer uma autocrítica à formação estruturalista, a “segunda Tavares”, refinou o seu entendimento sobre o capital estrangeiro. Inspirados em Cardoso e Faletto (1975

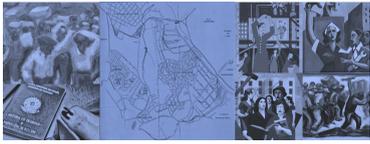


[1968]) e Pinto (1970), Tavares e Serra (1983 [1970]) afirmaram que o Estado Nacional poderia definir o “tipo de relação objetiva que prevalece entre o país e os capitais externos nos setores estratégicos, bem como as formas de comportamento nacional no processo de tomada de decisões” (Tavares; Serra, 1983 [1970], p. 176). Países como Brasil e México conseguiram estabelecer um “tripé desenvolvimentista” entre capital estrangeiro, Estado e capital privado nacional, com um grau de solidariedade inédito que gerou uma integração ao capitalismo internacional de novo tipo. Essa “adaptação flexível ao esquema da ‘nova’ dependência” permitiu que esses países, ancorados em um “núcleo integrado de expansão” intersetoriais, crescessem “apoiados em seus mercados internos, de dimensões absolutas superiores aos demais” da América Latina (*idem*, p. 177).

Na tese de 1974, Tavares defendeu, assim como em *O Capitalismo Tardio*, de Mello (1975) – outra obra que ajudou a definir o pensamento da “Escola de Campinas” –, que a associação às ETNs no desenvolvimento brasileiro era imprescindível. Apoiando-se também em Gerschenkron (2015 [1962]), os capitalismos da América Latina na primeira metade do século XX encontravam obstáculos ainda maiores do que foram enfrentados por economias de industrialização “atrasada” (quando comparadas à Inglaterra) mas já consolidadas, como Estados Unidos e Alemanha. O novo patamar de exigência de mobilização de capital mantinha a industrialização dos países latino-americanos restringida a setores pouco dinâmicos (departamento de consumo assalariado – DIII)<sup>26</sup>, ao invés de setores mais avançados como bens de capital (departamento de bens de produção – DI) e bens de consumo duráveis (departamento de consumo capitalista – DII), já desenvolvidos pelos outros capitalismos. Ao serem mais do que “atrasados”, “tardios”, os países latino-americanos precisavam instalar os novos setores dinâmicos com a ajuda das ETNs, de forma a internalizar todos os departamentos da indústria, garantindo a “autodeterminação do capital” (Tavares, 1986 [1974]; Mello, 1975)<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Dentro do esquema tridepartamental kaleckiano utilizado pela autora. Ver Kalecki (1987).

<sup>27</sup> A definição de “autodeterminação do capital” é a seguinte: “penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma dinâmica da acumulação especificamente capitalista, que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico. Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer,



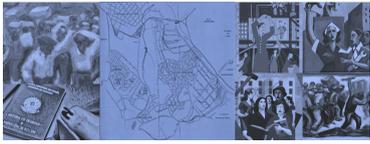
No entanto, a autora dava ênfase na capacidade do Estado brasileiro, e de outros países que recém asseguraram a “autodeterminação do capital”, de instrumentalizar as ETNs: “nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação” (Tavares, (1986 [1974], pp. 103-4). Ou ainda: “Não deixaria de ser irônico que alguns países periféricos, como os apontados, passassem, através da sua própria condição de fronteira internacional de expansão do capitalismo, a ver-se submetidos ao inesperado problema de reencontrar-se ou redefinir-se em sua vocação enquanto economias nacionais” (Tavares, 1986 [1974], p. 95). Desse modo, a questão da dependência, do ponto de vista econômico – e não só político como na abordagem de Cardoso e Faletto (1975 [1968]) –, foi relativizada por Tavares, uma vez que internamente o capital estrangeiro tornava-se abstratamente DI e/ou DII junto dos capitais nativos. Com isso, a questão do controle externo do capital estrangeiro – tão cara à formulação furtadiana – subsumia internamente à lógica formal de “autodeterminação de capital”. Ao definir previamente os esquemas internos de gasto e de financiamento para realização futura da demanda efetiva, o Estado era dotado de posição estratégica para influir na rentabilidade dos diferentes blocos de capitais, e assim manipular o capital estrangeiro para o desenvolvimento capitalista.

Tendo estabelecido a primazia do Estado nacional sobre o capital estrangeiro, a política econômica da ditadura seria avaliada por seus erros e acertos nas diferentes formas de instrumentalização do capital estrangeiro e de administração das oscilações cíclicas do capitalismo, comuns tanto às economias centrais e periféricas (Tavares, 1986 [1974]). Porém, a despeito de herdar uma estrutura industrial madura com laços orgânicos entre as ETNs e os blocos internos de capitais do período Kubitschek, a ditadura brasileira adotou uma política econômica que não desenvolveu os instrumentos macroeconômicos adequadamente (*idem*; Tavares (1998 [1978])).

No que se refere ao balanço de pagamentos, Tavares, também defensora de um desenvolvimento para dentro como Furtado, criticou a criação de um *drive* exportador para as ETNs pelos mesmos motivos. Diferente de Furtado, porém, o “problema da transferência”, das remessas de lucros, foi circunscrito à dinâmica cíclica, uma vez que,

---

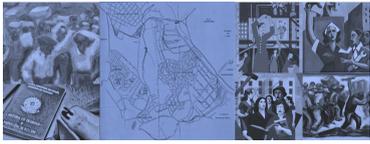
de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital” (Mello, 1975, p. 100).



com exceção dos períodos de crise, os novos IDEs seriam superiores às remessas somada às importações, devido ao novo interesse das ETNs no mercado brasileiro, passando a “acumular os excedentes gerados internamente nos próprios mercados periféricos, sob as formas mais variadas de apropriação e de alocação de recursos, e não necessariamente em exportá-los” (Tavares, 1986 [1974], p. 94).

Com relação ao dinamismo interno, a economia brasileira conseguiu se recuperar da crise cíclica dos anos 1960 por meio de instrumentos de “acumulação tradicionais” (Tavares; Serra, 1983 [1970]), como a compressão salarial, criação de capital social básico em infraestrutura e ampliação do mercado de bens de consumo duráveis com a reconcentração de renda. Adicionalmente, foi possível aumentar o financiamento ao consumo de bens duráveis com a reordenação do sistema financeiro e de fornecimento de capital de giro às ETNs via transferências matriz-filial, a partir da flexibilização da legislação sobre o capital estrangeiro. Contudo, em novo estudo no início dos anos 1970 (Tavares (1983 [1971]) sobre o sistema financeiro brasileiro, defendeu que as medidas de “acumulação financeira” elaboradas no PAEG, que deveriam consolidar o “capital financeiro nacional”, tornaram-se assimétricas e impulsionadoras da especulação, não permitindo o financiamento industrial de longo prazo. Os bancos de investimento viraram intermediários das relações matriz-filial das ETNs e a correção monetária elevou o patamar das taxas de juros e acelerou a troca dos títulos dentro do mercado financeiro, assim como houve um afastamento no valor de mercado das ações e a taxa de rentabilidade real das empresas. Desse modo, mais pessimista do que antes, Tavares reconhecia que “aquela articulação entre capital financeiro e industrial que permitiria algo semelhante a um processo integrado de acumulação no polo ‘capitalístico’ da economia não parece estar ainda em vias de realização no Brasil” (*idem*, p. 252).

Ao fim da década, Tavares (1998 [1978]) percebeu um novo problema no sistema financeiro, que era fruto de desvios institucionais cometidos também no PAEG. Os títulos da dívida pública com correção monetária, além de elevarem a taxa de juros, conforme já identificado pela autora no início da década, estavam desempenhando duas funções do dinheiro, a de reserva de valor e a de unidade de conta, em substituição ao Cruzeiro que, refém da inflação, funcionava apenas como meio de pagamento. Isso



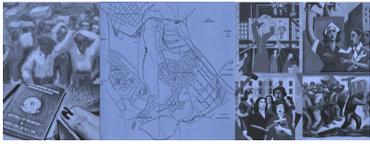
aconteceu porque, além da correção monetária que transformou os títulos públicos indexados em ativos financeiros de primeira linha com risco nulo, a instituição da “carta de recompra” tornou possível aos títulos públicos pré-fixados que se transformassem em um “dinheiro endógeno” ao sistema financeiro, em especial no mercado secundário de curtíssimo prazo, o *overnight*. Cumprindo todas as funções de moeda, esse “dinheiro financeiro” era acessível unicamente aos privilegiados dentro de um mercado restrito com características especulativas.

Assim, a preocupação com a entrada de capital especulativo e sua associação com o sistema financeiro nacional se tornou primordial na análise da economista<sup>28</sup>. Além da política cambial, Tavares (1998 [1978]) destacou que a política monetária forçava um crescente diferencial dos juros internos e externos, com o intuito de atrair empréstimos para rolar a dívida externa já acumulada, mesmo que isso implicasse o aumento de reservas internacionais. Para ela, esse tipo de conexão entre a dívida externa e interna, a “Ciranda Financeira”, criava uma perigosa máquina especulativa fundada na característica específica do dinheiro brasileiro. Mediado pelas políticas monetária e cambial, esse circuito especulativo dava brecha até ao IDE, visto que as ETNs teriam um novo canal de transferência de recursos ao exterior, além dos mecanismos de preços de transferência e de remessa de lucros.

Em suma, nos anos 1970, a “segunda Tavares” tomou um caminho simetricamente oposto ao do “segundo Furtado”. Para a economista, o capital estrangeiro, ao assegurar a autodeterminação do capital em associação ao Estado aos capitais nativos, teria viabilizado um Sistema Econômico Nacional. Sem maiores considerações sobre os desdobramentos políticos e culturais do capital estrangeiro, sendo que se mantinha dentro dos limites da teoria econômica, as instabilidades macroeconômicas e a reconcentração de renda se deviam não de uma inserção internacional deletéria na nova fase do capitalismo, mas da incapacidade da ditadura em equacionar os instrumentos de política econômica e o capital financeiro nacional de forma adequada.

---

<sup>28</sup> Até esse estudo de 1978, o endividamento externo privado não havia despertado muito atenção à economista, sendo que eram vistos até como mais saudáveis que os do FMI (Tavares (1983 [1971])). Na tese de 1974, Tavares tinha mostrado alguma preocupação com o ingresso de empréstimo em moeda vindos do Euromercado, considerando-o exagerado, diante da política de minidesvalorizações cambiais, que, ao sobrevalorizar o Cruzeiro, favorecia o endividamento externo das ETNs e a entrada de capitais especulativos (Tavares, 1986 [1974]).



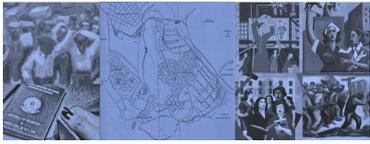
### 3.3 Limiar dos anos 1980

Nos anos 1980, Tavares se tornou uma das principais assessoras econômicas do MDB<sup>29</sup>, quando igualmente ajudou a fundar na UFRJ o programa de pós-graduação de Economia Política Internacional (Melo e Costa, 2019). É só a partir desta década, que a autora começou a tratar criticamente de *transnacionalização* do capitalismo, restringindo-a, porém, à esfera financeira. No artigo *O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional*, escrito em 1980 com Belluzzo, fundador também da “Escola de Campinas”, Tavares ressaltou como os Estados nacionais perderam o controle dos preços macroeconômicos. A transnacionalização do capital financeiro “não mais respeita nenhum padrão monetário estável”, o que “imobiliza os controles exercidos pelos Bancos Centrais, inclusive os dos países de moeda forte, obrigados a socorrer periodicamente as moedas mais fracas [...] como *instrumento de especulação* o manejo das moedas fortes contra as mais fracas” (Tavares; Belluzzo, 2009 [1980], pp. 45-6, grifos dos autores). Além disso, os preços macroeconômicos domésticos de cada país passavam a estar vinculados às taxas de juros do mercado interbancário de euromoedas.

Apesar de Tavares em 1980 admitir que a transnacionalização fazia com que “seu poder privado de emissão [se colocasse] acima do poder de emissão dos Estados nacionais” (*idem*, p. 47), procurou diferenciar-se de Furtado (1983 [1974], 1976, 1978). A impossibilidade de operar uma política monetária estabilizadora se devia à desestabilização periódica do poder de compra da moeda nacional, ou de sua paridade com as outras moedas provocadas pela especulação em um contexto de taxas de câmbio flutuantes, e não à “suposta falta de autoridade dos Estados nacionais” (Tavares; Belluzzo, 2009 [1980], p. 45). A questão era que a internacionalização dos mercados internos e a transnacionalização financeira, impunham, de fato, uma reforma da ordem monetária e financeira internacional, junto com a incerteza de coordenação mundial dos fluxos de capitais com o “declínio da hegemonia dos Estados Unidos”. Desta forma, a “transnacionalização global do sistema” e o “advento da crise de hegemonia da potência nacional norte-americana” eram, na perspectiva de Tavares (Tavares; Teixeira, 1982), duas faces da mesma moeda.

---

<sup>29</sup> “Movimento Democrático Brasileiro”, partido político brasileiro criado em 1967 como oposição à ditadura.

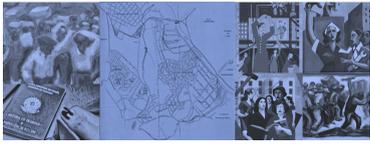


No ensaio *A Retomada da hegemonia norte-americana* de 1985, a autora analisou o surgimento de um novo sistema monetário internacional: os Estados Unidos conseguiram, a partir do Choque de Juros de 1979, com a “diplomacia do dólar” forte, recuperar tanto sua hegemonia, quanto o controle sobre os bancos transnacionalizados. O modo como os EUA reestruturaram o poder financeiro da autoridade monetária estadunidense, o Federal Reserve (FED), foi mudando radicalmente os termos da acumulação do capital e, conseqüentemente, a forma como os demais países podiam conduzir sua política econômica. Nessa nova condução das relações econômicas internacionais, sob o padrão dólar sustentado no poder financeiro do FED, não havia mais espaço para uma política monetária autônoma aos demais países (Tavares, 1985, p. 7). Em 1983, na apresentação de *A Evolução do Capitalismo Moderno* de Hobson, Tavares entendia a economia e a política internacional como coisas separadas, com dinâmicas próprias, de modo a negar a tradição marxista de interpretação do imperialismo<sup>30</sup>. Contraditoriamente, a “retomada da hegemonia dos Estados Unidos” exigia uma certa “política imperialista” (Tavares, 1985, p. 8), uma vez que a extroversão financeira do capitalismo impelia Washington à uma inflexão na sua política econômica externa, o que invertia a causalidade da relação entre Estado e capital estrangeiro em países de moedas periféricas.

Mesmo assim, Tavares (1985) não refez sua interpretação da política econômica da ditadura brasileira que estava na tese de 1978. O determinante maior das instabilidades continuavam sendo unicamente os desvios institucionais e os erros de política econômica (Tavares; Assis, 1985), e não também problemas da transnacionalização e/ou de imperialismo. Alguns anos antes, já tinha também reafirmado o caráter complementar endógeno do capital estrangeiro na industrialização brasileira em *Problemas de industrialización avanzada em capitalismos tardios y periféricos* de 1981. Tavares chegou a relativizar o problema do estrangulamento

---

<sup>30</sup> Para Tavares, apesar de Hobson ter sido um dos autores que mais a influenciou no seu entendimento do capitalismo monopolista, assim como os marxistas influenciados por ele, como Hilferding, Lenin e Bukharin, confundiram “a evolução do capitalismo moderno com as aventuras políticas econômicas no exterior, as quais têm sido comumente associadas, nos últimos oitenta anos, ao ‘imperialismo’”. Comparando Hilferding com Hobson, e preferindo este último, disse: “Hilferding tinha em mente uma forma superior e transformada do capitalismo da qual derivaria o imperialismo como política externa e agressiva do grande capital financeiro. Mas em Hobson a supremacia do grande capital americano não decorre da forma de dominação externa da classe financeira, senão das características de sua dominação *interna* e sobretudo do potencial expansivo do grande capital, incapaz de ser contido, dada a tendência à sobreacumulação, nos limites das fronteiras nacionais de um país, por maior que seja o seu mercado” (Tavares, 1983, XIX).



externo à esfera produtiva, às vésperas da Crise da Dívida, porque o “comando” dinâmico do capital internacional “não permite que o bloqueio à industrialização opere tão cedo pelo lado do estrangulamento externo. Os únicos limites da oferta de capitais na relação casada matriz-filial são os que provêm da ausência (ou falta) de perspectivas de lucro, a fim de continuar a expansão” (*idem*, p.34)<sup>31</sup>.

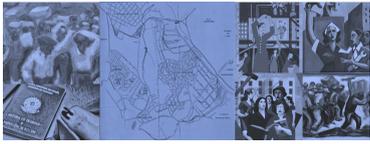
#### 4. Furtado *versus* Tavares, à guisa de uma conclusão

Por que os autores tomaram diferentes caminhos em face da crise dos anos 1960 na América Latina? Em primeiro lugar, a metodologia de Furtado era de longa duração, analisando a realidade latino-americana em uma abordagem interdisciplinar, no âmbito do desenvolvimento nacional. A indústria, o capital estrangeiro e o capitalismo como um todo, no “primeiro Furtado”, poderiam contribuir com a formação nacional. Com o Golpe de 1964 no Brasil, no entanto, ele se distanciou de tal pressuposto. Ao radicalizar a abordagem centro-periferia, a teoria da dependência do “segundo Furtado” problematizava o avanço da industrialização em um cenário de transnacionalização do capital, diferente do contexto das industrializações atrasadas da Alemanha e do Japão, por exemplo, e assim se tornava mais difícil a formação de um Sistema Econômico Nacional. A própria conceituação de estagnação se transfiguraria na ideia de crise de formação nacional – “construção interrompida”. Por mais heterodoxos que fossem, os instrumentos analíticos importados dos países centrais falhavam, segundo o autor, em identificar a falta de nexos estrutural do capital estrangeiro com o espaço econômico nacional, que acarretava uma perda de controle não apenas econômico, mas também político e cultural, pelos países latino-americanos.

A crítica de Tavares a Furtado, por outro lado, traduzia a internacionalização dos mercados internos mais relevantes da América Latina como sendo a internalização interdepartamental da indústria, conforme o esquema kaleckiano. Ainda que dependente externamente, tal dinamismo industrial movido pela endogeneização, que fora viabilizado pelo capital estrangeiro em complementariedade aos gastos estatais, garantia

---

<sup>31</sup> A autora reafirmou algo já formulado nas teses de 1974 e 1978, ao sustentar que as ETNs não “tomam decisões sem ter em conta... as estruturas de acumulação de capital, de proteção econômica e de poder, internas a cada espaço nacional” (Tavares, 1986 [1981], p. 62), relativizando, todavia, o raio de ação da política econômica, mas, não sobre o controle de fora do capital estrangeiro, senão da articulação interna com o próprio Estado via investimentos públicos (*idem*, p. 63).

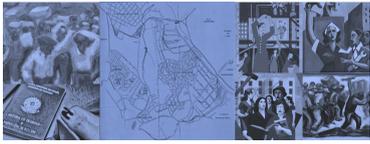


internamente uma certa margem de autonomia da política econômica. Com isso, queria mostrar a potencialidade do avanço das forças produtivas tipicamente capitalistas mesmo em condições de dependência: a industrialização periférica era “tardia” daquelas que venceram o atraso em relação ao capitalismo inglês, e, devido às maiores necessidades de concentração e centralização de capital do novo contexto, se deveria seguir adiante com o apoio tecnológico e financeiro das ETNs, sendo que a associação ao capital estrangeiro não traria dificuldades estruturais, senão cíclicas. As especificidades dos países periféricos mais avançados, “semi-industrializados” ou “*Newly Industrialized Countries*”, se tornariam menos pronunciadas. Os instrumentos de política econômica a serem utilizados se pareciam cada vez mais com os que eram utilizados nos países centrais. Neste enquadramento da autora, as teorias da dependência mais “radicais” reproduziam uma visão “ideológica” do capital estrangeiro, e que não utilizavam a teoria econômica heterodoxa mais adequada para entender o dinamismo do sistema.

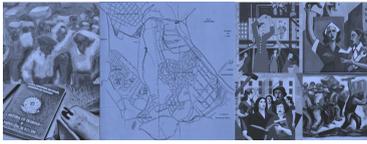
Embora no curto prazo a teoria de Tavares captasse a dinâmica cíclica do capital industrial pesado no Brasil – desde a implantação em JK, a crise e sua maturação na ditadura, revelando a não estagnação – no longo prazo, se mostrou limitada para dar conta do processo de dependência externa latino-americana, o que se tornou ainda mais dramático com o avanço da transnacionalização financeira. Da mesma forma que tal dependência trazia contradições secularmente estabelecidas, expressava as novas transformações globais. Para compreender os impasses desta industrialização dependente no que tange os problemas que advém da colônia, do controle externo do capital estrangeiro e das transmutações do capitalismo mundial que parte já tinham penetrado no país bem antes dos anos 1980, a interpretação furtadiana se mostrou mais adequada. Furtado identificou o bloqueio da formação nacional perante a crise estrutural que a transnacionalização precocemente inoculou na economia brasileira, e que se mantém até hoje gerando estagnação.

## 5. Referências

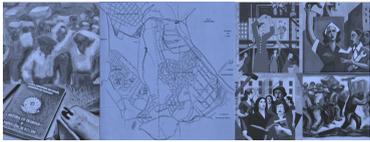
BASTOS, P. P. Z. **Tardio, Desigual e Combinado**: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares. In: *As Narrativas de Clío: Ensaios de interpretação histórica e metodológica*. José Ricardo Fucidji (org.). Campinas: UNICAMP/IE, 2021.



- BIANCONI, R.; MINDA, A. Multinational firms, peripheral industrialization and the recovery of national decision centers: the contribution of Celso Furtado, In: **The European Journal of the History of Economic Thought**, 21:2, 304-341, 2014.
- CAMPOS, F. A. **A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado), 2009.
- \_\_\_\_\_. **Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado** In: Revista Espaço Acadêmico - nº 162, Novembro/2014.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, F. H. L. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982). In: **História Econômica & História das Empresas**, vol. 17 nº 2, 377-414, 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1968].
- CARVALHO, A. O. S. **As raízes da mundialização financeira no Brasil: um estudo das interpretações de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares a partir da política econômica da ditadura civil-militar (1964-1982)**. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2020.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, M. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. **Revista de Economia Contemporânea** 19(3): p. 448-474 (Journal of Contemporary Economics), 2015.
- \_\_\_\_\_. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. **Economia e Sociedade, Campinas, SP**, v. 28, n. 3, p. 741-761, 2019.
- CRUZ, P. R. D. C. **Dívida Externa, Política Econômica e Padrões de Financiamento: a experiência brasileira nos anos setenta**. Campinas: Tese de Doutorado (UNICAMP), 1984.
- D'Águiar, R. (org). **Celso Furtado – Correspondência Intelectual 1949-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- FAJNZYLBER, F. **Estudio de algunos aspectos básicos para la formulación de una estrategia de exportación de productos manufacturados en Brasil, versión preliminar**. Santiago de Chile: CEPAL, 1969, p. 161.
- \_\_\_\_\_. **Oligopolio, empresas transnacionales y estilos de desarrollo**. El trimestre económico, vol. 43, Nº 171, julio-septiembre de 1976, p. 625-656.
- FALETTTO, E. “Los años 60 y el tema de la dependencia”, In: **Estudios Avanzados**, v. 12, n. 33, 1998.
- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001 [1948].
- \_\_\_\_\_. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1966].
- \_\_\_\_\_. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Análise do 'Modelo' Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1974].
- \_\_\_\_\_. **Prefácio à Nova Economia Política**, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo: 'Círculo do Livro', 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os Ares do Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Brasil: a construção interrompida**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FRANCA, A. G.; CAMPOS, F. A. “A Inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)”, In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 3, p. 127-164, 2022
- FRANK, A. G. “The Development of Underdevelopment”, In: **Monthly Review**, v.18, n.4, 1966.
- GALBRAITH, J. K. **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.



- HADLER, J. P. **Dependência e Subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. Campinas: IE/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2009.
- HAMILTON, A. **Papers on public credit, commerce, and finance**. New York: Columbia University Press, 1934 [1790-1791].
- HYMER, S. **The International Operations of National Firms: a study of direct foreign investment**. MIT - Cambridge: Thesis of Doctored, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983 [1978].
- JURGENFELD, V. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas**. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de doutoramento), 2018.
- \_\_\_\_\_; RODRIGES, C. H. L. Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos históricos-estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil In: **Imperialismo, Subdesenvolvimento e Território: dimensões teóricas, históricas e empíricas**. CAMPOS, F., *et al.*, (Orgs.) – Curitiba: CRV/ Campinas, SP: Unicamp, (Coleção Centros e Núcleos), 2021.
- KALECKI, M. **Crescimento E Ciclo Das Economias Capitalistas**. [s.l.] Hucitec, 1987.
- LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1841].
- MARINI, R. M. “Dialética da dependência” In: STEDILE, J. P. e TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].
- MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 1975.
- MELO, H.; COSTA, G. **Itinerários – Maria da Conceição Tavares**. In: Pereira de Mello (Org.), Hildete Costa. **Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Centro Celso Furtado/Expressão Popular, 2019.
- MICHALET, C. A. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1976].
- MALLORQUÍN, C. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Xamã/ Contaponto, 2005.
- MANZATTO, R; SAES, A. Celso Furtado, intérprete da dependência. **Revista Do IEB**, 1(78), 182-205, 2021.
- PAULA, J. A. Celso Furtado, a história e a historiografia. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp.144-165, jul.-dez. 2015.
- PINTO, A. **Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural na América Latina**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Vol. II. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1970].
- PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RANGEL, I. **A Inflação Brasileira [1963]**. In: **Obras reunidas**. vol. I. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.
- ROBILLOTI, P. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: influências teóricas, economia política e pensamento econômico**. Campinas: IE/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2016.
- RODRIGUES, C. H. L. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. São Paulo: Alameda, 2023.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a Nação e a Barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado), 1997.
- SILVA, I. P. **A Teoria da Dependência de Celso Furtado**. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2021.
- SILVA, V. **A Problemática do desenvolvimento revista: industrialização e neoestruturalismo da CEPAL**. Campinas: IE/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2017.
- STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- SUNKEL, O. **Capitalismo transnacional y desintegración nacional**. **Estudios Internacionales**, enero-marzo 1971, Año 4, No. 16 (enero-marzo 1971), pp. 3-61.
- TAVARES, M.C. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 [1963].



- \_\_\_\_\_. **Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil.** In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 [1967].
- \_\_\_\_\_; SERRA, J. **Além da Estagnação.** In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 [1970].
- \_\_\_\_\_. **Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente.** In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 [1971].
- \_\_\_\_\_. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1986 [1974].
- \_\_\_\_\_. **Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998 [1978].
- \_\_\_\_\_. "Problemas de industrialización avanzada em capitalismo tardios y periféricos" **Texto para Discussão nº94 do Instituto de Economia Industrial da UFRJ**, 1986 [1981].
- \_\_\_\_\_. **A Retomada da Hegemonia Norte-Americana.** In: Revista de Economia Política, Vol. 5, nº 2, abri-junho/1985.
- \_\_\_\_\_; BELLUZZO, L. G. M. **O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional.** In: Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. São Paulo: Editora UNESP, 2009 [1980].
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, A. **A Internacionalização do Capital e as "Multinacionais" na Indústria Brasileira.** In: Encontros com a Civilização Brasileira, v. 29. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- VIERA, C. C. **60 anos de Formação Econômica do Brasil: a construção interrompida na crise estrutural do capital.** In: As Narrativas de Clío: Ensaios de interpretação histórica e metodológica. José Ricardo Fucidji (org.). Campinas: UNICAMP/IE, 2021.